

Diálogos comparados em educação

Comparative dialogues in education

Diálogos comparativos en educación

Flávia Obino Correa Werle¹

RESUMO

Este texto promove diálogos em dois níveis: (1) com autores internacionais e nacionais que discutem o tema da Educação Comparada e (2) com pesquisas das quais participei, entendendo pesquisa como projeto, organização do quadro teórico-metodológico, coleta de dados, sistematização, socialização, divulgação do conhecimento produzido. O argumento principal deste estudo centra-se na necessidade de maior divulgação de estudos acadêmicos que comparem elementos que compõem os sistemas educacionais nacionais, cuja materialidade demonstra a possibilidade de ampliação para além do entendimento de que educação comparada dedica-se ao estudo dos sistemas educacionais nacionais. Esse estudo apresenta a necessidade de alargamento da noção de educação comparada de forma a abranger estudos que envolvam comparabilidade entre regiões, municípios, instituições de ensino para além de sistemas educacionais nacionais.

Palavras-chave

Educação Comparada. Sistemas educacionais. Pesquisa acadêmica.

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

E-mail: flaviaw2015@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5795-2537>

ABSTRACT: This text promotes dialogues on two levels: (1) with international and national authors who discuss the topic of Comparative Education and (2) with research in which I participated, understanding research as a project, organization of the theoretical-methodological framework, data collection, systematization, socialization, dissemination of knowledge produced. The main argument of this study focuses on the need for greater dissemination of academic studies that compare elements that make up national educational systems, whose materiality demonstrates the possibility of expanding beyond the understanding that comparative education is dedicated to the study of national educational systems. This study presents the need to expand the notion of comparative education to cover studies that involve comparability between regions, municipalities, educational institutions in addition to national educational systems.

Keywords: Comparative Education. Educational systems. Academic research.

RESUMEN: Este texto promueve diálogos en dos niveles: (1) con autores internacionales y nacionales que discuten el tema de Educación Comparada y (2) con investigaciones en las que participé, entendiendo la investigación como proyecto, organización del marco teórico-metodológico, recolección de datos, sistematización, socialización, difusión del conocimiento producido. El argumento principal de este estudio se centra en la necesidad de una mayor difusión de estudios académicos que comparen elementos que integran los sistemas educativos nacionales, cuya materialidad demuestra la posibilidad de expandirse más allá de entender que la educación comparada se dedica al estudio de los sistemas educativos nacionales. Este estudio presenta la necesidad de ampliar la noción de educación comparada para abarcar estudios que impliquen comparabilidad entre regiones, municipios, instituciones educativas además de los sistemas educativos nacionales.

Palabras clave: Educación Comparada. Sistemas educativos. Investigación académica.

Começo o diálogo com Jürgen Schriewer², em seu livro “Pesquisa em educação comparada sob condições de interconectividade global”. Já na introdução desta obra, Jürgen Schriewer afirma

A ideia de fazer uso do método comparativo para produzir conhecimento sistemático surgiu inicialmente nas ciências naturais – especialmente nas ciências da vida como a botânica, zoologia e anatomia – na segunda metade do século XVIII. Em contraposição a isto, os estudos comparativos nos estudos que viriam mais tarde a formar as ciências humanas e sociais surgiram, de modo geral, em consequência dos espetaculares avanços intelectuais alcançados pelas pioneiras que as precederam. Devido a essa transferência em certo sentido *interdisciplinar* de uma abordagem de pesquisa promissora, mas também devido às peculiaridades da área em que se situa seu objeto – a saber, o ser humano e seu mundo sócio-histórico – as emergentes ciências humanas e sociais comparadas produziram, muito mais do que seus modelos originais. (Schriewer, 2018, p. 9, grifo nosso).

Schriewer considera que a Educação Comparada, embora “proporcione abertura para o mundo”, é um “campo de estudo educacional dos mais difíceis” (Streck, Abba & Souza, 2019, p. 6). Schriewer afirma ainda que quanto à educação comparada na América Latina, é preciso que as universidades desenvolvam “investigações sérias e bem fundamentadas”, colocando “ênfase nas comparações entre países latino-americanos” de forma a “construir um fundo de conhecimento incontornável e indispensável para todas as outras áreas

acadêmicas” (Streck, Abba & Souza, 2019, p. 16).

António Gomes Ferreira, professor da Universidade de Coimbra, Portugal, no artigo “O sentido da educação comparada: uma compreensão sobre a construção de uma identidade”, afirma que a Educação Comparada iniciou com Marc-Antoine Jullien (intelectual francês, nascido em 1775 e falecido em 1848) mas apenas “começou a ganhar dignidade acadêmica no século XX” (Ferreira, 2008, p. 124). Continua em diálogo com outros autores

[...] a comparação em educação tem um sentido. Ela nunca é gratuita. Quando rigorosamente efetuada a leitura de aspectos comuns, das diferenças relativas a uma problemática fornecem informações mais interessantes que resultantes de uma leitura de uma mesma problemática num só contexto. A comparação em educação gera uma dinâmica de raciocínio que obriga a identificar semelhanças e diferenças entre dois ou mais factos, fenômenos, processos educativos e a interpretá-las, considerando seus contextos. (Ferreira, 2008, p. 125)

E, por fim, assim, sintetiza que a “Educação Comparada é necessariamente múltipla e complexa” pois não pode deixar de ser “um produto duma história e de uma sociedade” (Ferreira, 2008, p. 125).

Dentre outros autores portugueses que se dedicam a educação comparada, vale referir, Luís Miguel Carvalho, que publicou, em 2009, em coautoria com Jorge Ramos do Ó, o livro “Emergência e Circulação do Conhecimento Psicopedagógico moderno (1880-

² Jürgen Schriewer é professor emérito de Educação Comparada na Universidade Humboldt, em Berlim, onde atuou como decano da Faculdade de Educação e como coordenador de redes de pesquisa sobre estudos interculturais em ciências históricas e sociais financiadas pela Agência Alemã de Pesquisa. Ex-presidente da Sociedade de Educação Comparada na Europa, ele foi convidado como Professor Visitante em universidades em Paris, Estocolmo, Tóquio, Pequim, Cidade do México e Buenos Aires. Seus interesses de pesquisa centram-se na história comparada da educação, pesquisa da sociedade mundial, bem como sobre a história e metodologia da pesquisa social comparada. Esta nota compõe entrevista, publicada na Revista ECCOS, sob o título “Tendências e desafios da pesquisa em educação comparada: entrevista com Jürgen Schriewer” (Streck, Abba & Souza, 2019), tendo sido realizada no contexto de suas atividades como pesquisador visitante na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), no mês de março de 2018, com o tema: “Estudos internacionais e comparados em educação: Fundamentos, concepções e metodologias”.

1960): Estudos Comparados Portugal-Brasil” (Ó & Carvalho, 2009). Carvalho (2011), em outra produção acadêmica, dedica em um capítulo do livro “Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento”, organizado por Adriana Duarte e Dalila Andrade Oliveira e publicado pela editora Traço Fino de Minas Gerais (Brasil), a discutir o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA – *Programme for International Student Assessment*) que o caracteriza como um “dispositivo técnico e social de ação pública de avaliação comparada de escolares” (Carvalho, 2011, p. 190).

Para Carvalho (2011, p. 188, grifo nosso), o PISA “se inscreve numa *linhagem de estudos internacionais de avaliação comparada do rendimento dos escolares*, cujo ponto de partida tem sido localizado na década de cinquenta e associado ao trabalho de diversas entidades de investigação sob os auspícios da UNESCO [...]”, acrescenta o autor que o PISA

faz parte de um universo de conhecimento sobre os sistemas educativos [...]. O PISA, em suas modalidades de organização, de inquirição e de publicação, age sobre visões do mundo, as percepções da realidade e as preferências dos atores no setor educativo (Carvalho, 2011, p. 196).

Em diálogo com autores da área, afirma Carvalho (2011, p. 196) que “O decisor racional tem um perfil traçado: é aquele que governa usando um certo tipo de razão comparada que sustenta mútua vigilância como regra a seguir para um bom governo”. Em outro artigo, Carvalho (2001, p. 141) discute “propostas sobre a difusão global de modelos standardizados de organização educacional” em um exercício de história da educação comparada.

Outro estudo que analisa dados do PISA, demonstrando quanto esta nova linhagem de estudos comparados está associada com organismos internacionais, ou seja, o quan-

to as agências de pesquisa internacionais têm um acúmulo de dados a serem utilizados em estudos comparados, no qual os autores utilizam os dados do PISA olhando para a defasagem idade/série, comparando Brasil, Colômbia, México, Argentina, assinado pelos autores Mandelert e Mello (2010), e apresentado na 33.^a Reunião da ANPED (Associação Nacional de Pesquisadores em Educação), o qual intitula-se “A defasagem escolar em camadas altas no PISA 2006: Brasil, Colômbia, México e Argentina”. Observam os pesquisadores que “o risco de defasagem é muito maior no Brasil do que nos outros países” (Mandelert & Mello, 2010, p. 13). Ademais, afirmam que estudantes de nível socioeconômico alto, mesmo os que estudam em escolas particulares e têm melhores recursos familiares, “estão muito menos protegidos da defasagem do que nos outros países”. Mais do que isto, Mandelert e Mello defendem a hipótese de que no Brasil há uma “pedagogia da repetência”, generalizada em todos os estratos sociais, problema que “não atinge apenas as camadas populares, ou a escola pública” (2010, p. 3).

Portanto, atualmente, há que considerar o papel de organismos internacionais em estudos de educação comparada. Ademais, estudiosos de Educação Comparada destacam a necessidade de se diferenciar entre a comparação como método científico e como operação mental, como “atividade mental humana universal e como método de ciência” (Schriewer, 2018, p. 135). Ressaltam, também, a expansão de estudos comparativos para diferentes áreas do conhecimento como Literatura Comparada, História Comparada, Direito Comparado, Política Comparada e Religião Comparada (Ferreira, 2008; Schriewer, 2018). Schriewer, em diálogo com diversos autores, fala em “antropologia comparativa” (Streck, Abba & Souza, 2019, p. 10).

George Z. F. Bereday³, que escreveu “Método comparado em Educação”, publicado pela Editora Nacional e pela Editora da USP, em 1972, no prefácio, escrito em NY em 1964, afirma “Comparar resultados de grupos [...] disparatados não tem sentido [...] basear comparações [...] [no pagamento] dos trabalhadores é por tudo fora de foco” (Bereday, 1972, p. 16), necessariamente os “fatos educacionais estão profundamente associados com outras circunstâncias sociais”, é preciso “um cuidadoso exame da situação total” (Bereday, 1972, p. 17).

Bereday afirma que há três fases em educação comparada: empréstimo, predição, análise. A *primeira*, fase dos “empréstimos”, estende-se pelo século XIX; as argumentações de Bereday são também assumidas por afirmativas de Antônio Gomes Ferreira, ou seja, além desses, outros autores reconhecem Marc-Antoine Jullien como um expoente desta fase de empréstimos, quando a importância da Educação Comparada decorria da coleta, organização e sistematização de dados e “fazia-se a comparação das informações reunidas para possibilitar a transplantação das melhores práticas de um país para o outro; [...] acreditava-se exequível levar por atacado os sistemas educacionais de um país para outro” (Bereday, 1972, p. 34). Neste sentido, há que citar publicações que circularam no Brasil de autoria de Celestin Hippeau (1871, 1874) e de Eugène Hippeau (1869) que caracterizam o período inicial do comparativismo, descrevendo o funcionamento de sistemas de ensino de países desenvolvidos, como se pudesse ocorrer a transposição integral de propostas de sistemas de ensino entre

países, sem considerar os respectivos contextos (cf. Werle, 2008).

A *segunda* fase, chamada de “predição”, ocupou a primeira metade do século XX, neste momento histórico a educação comparada identifica que cada sistema de educação está diretamente ligado às condições da sociedade pois, causas sociais atuam, permanentemente, junto a elementos pedagógicos. Do ponto de vista de Bereday (1972, p. 35), “para cada fenômeno pedagógico existe um espectro de razões sociais e culturais mais amplas”.

A *terceira* fase, caracteriza um período de “análise”, o qual, por vezes, é chamado de “educação internacional”, quando a educação comparada se volta para o “melhor entendimento internacional”, isto é, para o “aumento das relações fraternais entre as nações” (Bereday, 1972, p. 36).

Depois de discorrer a respeito da necessidade de esclarecimento da posição do pesquisador responsável pelos estudos comparados, Bereday alerta para a possibilidade de surgirem preconceitos culturais; destaca, também, a necessidade de leitura de fontes, bem como de domínio de línguas estrangeiras, em especial, a língua dos países em estudo; a importância de realização de visitas a cada país; bem como a determinação do tempo necessário a empregar no estudo e em cada etapa e cada instituição estudada (indicando, inclusive, o tempo médio necessário para a visita em cada escola) das diferentes regiões dos diferentes países.

Bereday (1972) refere o futuro da Educação Comparada a partir da consideração de quatro passos ou etapas: (a) descrição de

³ George Zygmunt Fijalkowski Bereday, nasceu em 1920 em Varsóvia, Polónia. Ele foi um dos principais fundadores da Sociedade de Educação Comparada (mais conhecida como Sociedade de Educação Internacional Comparada – CIES). Atuou como professor visitante em muitas universidades ao redor do mundo e realizou pesquisas abrangendo o Leste Europeu, o Leste Asiático e a América Latina. Realizou o seu doutorado em educação comparada na Universidade de Harvard. Foi professor da Columbia University, onde passou a maior parte de sua carreira; foi editor fundador do periódico Comparative Education Review. Bereday faleceu em N.Y., EEUU, em outubro de 1983, país onde passou a maior parte de sua carreira (Madureira, Brandão & Laham, 2021).

dados pedagógicos de cada um dos países, (b) interpretação avaliação de dados pedagógicos considerando aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais; (c) justaposição para estabelecer semelhanças e diferenças; (d) comparação simultânea. A seguir, Bereday discorre a respeito da técnica redacional, tomando como exemplo as reformas do ensino na França e na Turquia, sugerindo tabelas a serem utilizadas. Para criar tabelas, o autor cria o que ele chama de “pontos de comparação” que organizam quadros, referindo a cada “ponto de comparação” a situação de cada um dos países em análise. Em seguida, o autor registra, separadamente, os aspectos Econômicos, Políticos, Sociais e Históricos de cada país em estudo para, logo após, argumentar a respeito da comparação, momento no qual são retomadas as informações de cada país em separado, que passam por uma reescrita em uma só redação referindo não apenas as propostas de reforma, como também a forma de implementação (Bereday, 1972). Afirma Bereday (1972, p. 83): “É precisamente a simplicidade do traçado que recomenda a abordagem, que acabamos de ilustrar, como um método de preparação”. Na segunda parte da obra, o autor apresenta vários exemplos de estudos comparativos, começando com pesquisa realizada em um só país, e outros realizados em dois ou em vários países.

Vários outros autores estrangeiros referem métodos de comparação em educação, como por exemplo, os organizadores Mark Bray, Bob Adamson e Mark Mason, todos com extensa experiência internacional e currículo vinculado à Educação Comparada. O primeiro, Mark Bray, como professor e diretor da Cátedra UNESCO de Educação Comparada da Universidade de Hong Kong, foi presidente do Conselho Mundial de Sociedades de Educação Comparada (WCCES – *World Council of Comparative Education Societies*), com experiência pro-

fissional em Paris, Quênia, Nigéria, Nova Guiné e Londres. O segundo organizador, Bob Adamson, é professor do Instituto de Educação de Hong Kong com experiência na China, Austrália, Reino Unido e o terceiro, Mark Mason, especialista em Educação Comparada em Genebra, atuou na Universidade de Hong Kong e no sistema educacional da África do Sul. Os três são os autores da coletânea intitulada “Pesquisa em educação comparada: abordagens e método”, publicada pela UNESCO (Bray, Adamson & Mason, 2015), e, discorrem acerca dos “rumos” da Educação Comparada, e, na segunda parte da obra, referem “unidades de comparação” incluindo lugares, tempos, sistemas, comparações entre etnias, classes e gêneros, bem como “unidades de comparação” entre culturas, valores, políticas e currículos, desempenhos pedagógicos, modos de aprender, e inovações pedagógicas. Quanto à unidade de comparação “geográfica/espacial”, a Dra. Maria Manzon refere o cubo de Bray e Thomas, usado para classificação de estudos de Educação Comparada por níveis e tipos. O Cubo, conforme Manzon (2015), possibilita uma abordagem tridimensional, incluindo como: a primeira dimensão geográfica/espacial com sete níveis, desde continentes até escolas, salas de aula e indivíduos; a segunda dimensão, agrupamentos demográficos não locais, incluindo grupos étnicos, gênero, grupos etários e grupos religiosos; a terceira dimensão inclui aspectos da sociedade e de educação como currículo, métodos de ensino etc. Nas palavras do Prof. Doutor Cândido Alberto Gomes, da Universidade Católica de Brasília (UCB), responsável pela apresentação dessa obra em português, a coletânea constitui uma “[...] contribuição vital para futuras pesquisas em educação comparada” e é um livro “consagrado internacionalmente, [...] guia metodológico de maior valor” (Gomes, 2015a, p. 19).

Um estudo mais recente (século XXI), importante na área de políticas educacionais é o redigido por João Barroso, publicado em 2003, numa coletânea organizada por Barroso (2003), cujo primeiro texto apresenta estudo comparado de processos de regulação a partir de inúmeros relatórios de pesquisa internacionais decorrentes de pesquisas em diversos países, dentre eles Inglaterra, Bélgica, França, Hungria, Portugal, Alemanha, Austrália, Espanha, Finlândia, Grécia, Islândia, Suécia, Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia, Chile, Polônia, Romênia, etc. Barroso (2003, p. 24-25) constrói procedimento interpretativo referente as análises que realizou dos referidos documentos, identificando três questões essenciais “no que se refere à introdução de novos modos de regulação política no campo educativo”, quais sejam efeitos ‘contaminação’, ‘hibridismo’ e ‘mosaico’.

No diálogo com autores nacionais, sem intenção de fazermos um recorrido completo, iniciamos com o nome do Doutor Cândido Alberto Gomes⁴, cuja produção científica em Educação Comparada é volumosa e relevante. Cândido Gomes publicou inúmeros artigos científicos em periódicos nacionais incluindo a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) e a Revista Brasileira de Educação Comparada (RBEC), organizou dossiers em periódicos internacionais, escreveu apresentação de livros de Educação Comparada e capítulos de livros sobre este tema. Ao rastrear publicações da área, em artigo na RBEP, Gomes (2015b), elaborando o que chama de “esboço de agenda” da Educação Comparada no Brasil, afirma que “visões macroscópicas” internacionais são prevalentes na distribuição temática acerca da Educação Comparada em artigos publicados eletronicamente no Brasil, até 2014, e que, “Portugal e países latino-

americanos” são os principais focos de estudo no período. Chama atenção para a importância dos “métodos quantitativos” para a Educação Comparada.

No artigo intitulado “Educação comparada no Brasil”, apresentado no 6º Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada, Cândido Gomes (2014) assim inicia o subtítulo “Da imitação à criação”: “O Brasil se situa na América, um continente confundido com outro, as Índias, não tendo sido previsto pela cultura e pela geografia” (Gomes, 2014, p. 1).

Não há referência explícita à obra de Enrique Dussel, “1492: o encobrimento do outro. A criação do mito da modernidade”, publicado, no Brasil, em 1993, pela Editora Vozes, mas o livro de Dussel trabalha um comparativismo entre continentes articuladamente a questões históricas e apresentando argumentos de cunho interpretativo, relevantes por sua crítica. Esse livro é constituído de uma série de oito conferências, tratando de como o eurocentrismo produziu o “encobrimento” do outro (índigenas, mestiços, negros), tratando, ao fim e ao cabo, de um dos sentidos da “modernidade”, aquele em que a “civilização moderna se autocompreende como mais desenvolvida, superior” (Dussel, 1993, p. 185), afirmando que “a modernidade aparece quando a Europa se afirma como ‘centro’ de uma História Mundial que inaugura, e por isso a ‘periferia’ é parte de sua própria definição” (Dussel, 1993, p. 7). Dessa forma a modernidade designa de rudes, primitivos e bárbaros aqueles povos, como os grupos originários das Américas, aos quais a modernidade submete a um violento “processo civilizador” também designado de um “processo de ‘encobrimento’ do não

⁴ Cândido Alberto Gomes é professor da Universidade Católica de Brasília (UCB), orientou teses e dissertações, foi consultor da UNESCO, presidiu a Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC) e, dentre outras funções, foi presidente do Comitê de Pesquisa do Conselho Mundial das Sociedades de Educação Comparada (WCCES).

européu” (Dussel, 1993, p. 8), gerando oprimidos.

A obra de Dussel (1993) não é uma obra considerada genuinamente de Educação Comparada, mas, de alguma forma, evidencia violências e preconceitos de uns povos em relação a outros, pela comparação historicizada e crítica social.

Quanto a artigos organizados em forma de dossiers em periódicos acadêmicos da área de educação, há que destacar que o Doutor Cândido Alberto Gomes co-organiza um dossier na Revista Lusófona de Educação, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – Portugal, onde estão reunidos estudos a respeito de cidadania global, o papel da UNESCO, questões educacionais na América Latina, avaliação e avaliação da pós graduação, fazendo uma apresentação sob o título “Eu e os outros, nós e os outros: perspectivas da educação comparada” (Gomes & Cunha, 2018). É um dossier integralmente dedicado a discussões acerca da Educação Comparada.

Alguns periódicos brasileiros também articulam dossiers envolvendo comparabilidade em educação ou, de forma explícita, educação comparada. Observo que dois são publicados por universidades brasileiras. Refiro o primeiro à Revista “Contexto & Educação”, da Editora Unijuí, publicado em jan./mar. 1994, cujo editor era o Dr. Mário Osório Marques, o qual apresenta estudos acerca do tema “Comparação e identidades”. Neste periódico, publicaram a Dra. Célia Frazão Linhares, da Universidade Federal Fluminense (UFF), tratando do tema “A comparabilidade dos sistemas educativos”, a Profa. Elisabete Cruvello da Silveira, também da UFF, discutindo “A comparação como indagação historicizada da realidade”, e Alfredo Ghiso, coordenador da Rede Latino-Americana de Educação Básica do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL), que

assina “De la negociación a la Construcción de identidades”.

O outro periódico a que me refiro trata-se da Revista Educação, da PUCRS, que em 2008 apresenta um dossier “Educação Comparada”, cujo editorial é assinado pela Dra. Marta Luz Sisson de Castro (2008a), que foi presidente da SBEC. Neste número, contribuem: Ana Isabel Madeira (Universidade de Lisboa, PT), com o título “Estudos Comparados e História da Educação Colonial: Reflexões teóricas e metodológicas sobre a comparação no espaço da língua portuguesa” (Madeira, 2008); António Gomes Ferreira (Universidade de Coimbra, PT), argumentando sobre “O sentido da Educação Comparada: Uma compreensão sobre a construção de uma identidade” (Ferreira, 2008); Adrian Ascolani (Universidade Nacional de Rosário, AR), que discute as “Estrategias del Banco Mundial para el financiamiento de la educación en los países latinoamericanos” (Ascolani, 2008); Benno Sander (UFF, BR), que assina o artigo “Educação na América Latina: Identidade e globalização” (Sander, 2008); Robert Evan Verhine (Universidade Federal da Bahia, BR), que contribui com o artigo “Pós-graduação no Brasil e nos Estados Unidos: uma análise comparativa” (Verhine, 2008); Flávia O. C. Werle (Unisinos), que apresenta “Políticas de instrução pública no século XIX como eco de experiências internacionais” (Werle, 2008); e, por fim, Marta Luz Sisson de Castro, com o artigo intitulado “A educação na América Latina: antigos dilemas em novo contexto” (Castro, 2008b).

Atualmente, a Revista Brasileira de Educação Comparada (RBEC) dedica-se especialmente à socialização de estudos a respeito do tema educação comparada, e seus diversos subtemas: como as associações nacionais e internacionais de educação comparada e seus atores; podendo também incluir

estudos acerca de história da educação comparada (cujo escopo aproxima-se de uma história da disciplina educação comparada); História Comparada da Educação (conforme caracteriza Saviani, em seu artigo "Historia comparada da educação: algumas aproximações", 2001), História comparada, dentre outros.

Embora Castro (2013), em diálogo com Maria Manzon, afirme que “um estudo, para ser categorizado explicitamente como comparativo, ele precisa ter como objeto sistemas educacionais considerados de forma ‘cross’ nacional e ‘cross’ cultural e usar método comparativo” (Castro, 2013, p. 224), entendo que a Educação Comparada sofre, por ser compreendida, ao longo dos anos, predominantemente, como estudos comparativos entre países ou entre continentes. Neste sentido, mesmo autores que realizam pesquisas com acadêmicos de outros países, e que circulem internacionalmente, não chegam a se identificar como comparatistas. Por um lado, são poucos recursos e raro o apoio financeiro a docentes e estudantes que desejam realizar estudos no exterior, os quais, de alguma forma, muito possivelmente, poderiam conduzir e a interessar-se em desenvolver estudos comparativos. Por outro lado, a ausência de linhas de pesquisa e, especialmente de Programas de Pós-Graduação em Educação Comparada no Brasil, bem como são poucos os debates acadêmicos voltados a aprofundar metodologias e experiências de estudos sistemáticos voltados à comparabilidade inter-regional, interestadual, intermunicipal ou interescolar. Tudo conduz a que a educação comparada seja predominantemente discutida como o desenvolvimento de estudos comparados entre países suas políticas educacionais e seus sistemas educativos.

Deste ponto de vista, é importante dedicarmos maior visibilidade aos diferentes níveis

de comparabilidade em termos de educação, os quais podem ser exercitados, inclusive, em uma instituição escolar, em uma mesma cidade, estado ou região. Podemos fazer educação comparada realizando estudos de caso em escolas, em sistemas de ensino municipais, estaduais, e, também, entre escolas e entre diferentes salas de aula. Observa-se que o IV Congresso Iberoamericano de Educación Comparada: *Educación y democracia*, realizado na Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM), nos dias 25 a 29 de setembro de 2023, no primeiro eixo temático “*Derecho a la educación, acceso, acompañamiento, trayectorias, egresos*”, e, em seu subtema número 1.1, inclui e orienta o que espera de *papers* que sejam submetidos ao evento: “comparaciones internacionales, regionales, institucionales y/o áulicas [de salas de aula]”, o que converge inteiramente com o argumento aqui apresentado.

Por outro lado, a pós-graduação no Brasil expandiu-se muito nos últimos anos e, atualmente, questões de internacionalização têm figurado nas preocupações dos diferentes PPGs. Castro (2013, p. 224) afirma que “a educação comparada no contexto educacional brasileiro tem sido marcada por duas características culturais, a falta de domínio de idiomas estrangeiros por acadêmicos da área educacional e a ausência de programas de pós-graduação específicos da área”. Estas duas características destacadas por Castro (2013) são argumentos que acrescentamos aos anteriormente elencados e que acenam para outras possibilidades de entendimento da educação comparada em diferentes níveis espaciais que não exclusivamente nacionais.

A obra de Jane Knight, publicada no Brasil em 2020, discute conceitos e processos de internacionalização, trazendo, em vários capítulos, casos de universidades internacionais e caracterizando diferentes modelos

de universidades internacionais: clássica, incluindo, mobilidade de estudantes e professores, acordos institucionais e participação em redes; satélite, mediante a criação de campus filiais no exterior; e cofundada (universidades conjuntas internacionais, envolvendo parcerias, criação de novas universidades, centros de pesquisas e programas). Knight (2020) teoriza a respeito de uma internacionalização da educação superior, sistematizando seu conhecimento de diversas instituições de ensino superior (IES), conhecimento, por certo, também decorrente de visitas e leituras de produções acadêmicas a respeito do tema, bem como da análise de *sites*, chegando a caracterizar e diferenciar “gerações de educação superior transfronteiriça”. A autora relaciona as categorias⁵ criadas a formas de institucionalização e ao ambiente contextual externo, argumentando que a educação superior transfronteiriça pode ocorrer desde um modelo de cooperação, até uma abordagem mais competitiva e comercial.

Cito ainda o estudo de Pablo Berchenko que analisa organismos transnacionais em obra organizada por Hélió Trindade e Jean-Michel Blanquer, intitulada "Os desafios da educação na América Latina", publicada pela Editora Vozes, em 2002, cujo capítulo discute políticas da União Europeia e da Espanha com relação a educação e cultura

com foco na formação de elites na América Latina. Berchenko (2002) delimita seu foco de estudo ao período posterior a 1945, distinguindo aí, três fases. Inicia afirmando que a influência do Velho Continente é antiga e flutuante; refere que processos regionais de integração econômica favoreceram a emergência de organismos supranacionais de integração regional na América Latina (Berchenko, 2002). O autor realiza uma análise de programas da União Europeia direcionados para a educação e integração na América Latina e aborda também políticas da Espanha e de Portugal para educação e cultura na América Latina. Berchenko (2002) faz referências a escritórios e acordos entre países Latino Americanos com a Organização dos Estados Ibero-americanos e a UNESCO. Neste estudo, Berchenko (2002) demonstra um tipo de comparativismo ao referir organismos supranacionais como a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), a questão relacionada a recursos financeiros e ações de alguns países da União Europeia como atores frente a países da América Latina. Berchenko (2002, p. 325) conclui que do ponto de vista cultural “a AL encontra-se atualmente na encruzilhada das zonas de influência”, considerando o espaço cultural anglo-americano e o ibérico.

Pesquisas de metodologia comparada para além de análises de sistemas nacionais

A seguir vou referir alguns resultados e pesquisas nas quais me envolvi e envolveram meus alunos de pós-graduação, as quais

articularam comparações, embora possam não ter referido pesquisas e autores, especificamente de educação comparada. Em

⁵ "Categorias são noções essenciais que regem nossa forma de pensar e viver. Formam o 'esqueleto da inteligência', o marco abstrato que vertebram e organiza a experiência coletiva e individual. [...] As categorias de pensamento variam em função das culturas e das épocas históricas, estão se refazendo constantemente, e não são [...] categorias a priori da sensibilidade e sim conceitos, representações coletivas que estão relacionadas de algum modo com as formas de organização social, e, mais concretamente, com as formas de funcionamento do poder e do saber [...] [adotadas] em cada sociedade". (Varela, 1995, p. 37). Varela (1995), em diálogo com Norbert Elias, ressalta que “categorias são instituições sociais [...] [de] caráter simbólico quando [...] os homens as adquirem e utilizam como meio de orientação e de saber” (p. 38).

geral, são estudos a respeito de temas específicos de políticas educacionais e gestão da educação, trabalham diferentes temas relacionados às políticas e gestão educacional, considerando regiões, estados, municípios e/ou escolas.

Observo que quatro teses por mim orientadas realizam um trabalho comparativo entre países da Ibero-América. Trata-se da tese de Costa (2020) publicada pela Editora Appris, cujo título é "Organização docente: contribuições da CNTE e da CTERA à escola pública democrática". A tese, que dá origem a esta publicação, data de 2010 e intitula-se "Tensões e influências no contexto das políticas de avaliação em larga escala: uma análise da participação das confederações de trabalhadores em educação do Brasil e da Argentina". O resumo da tese já informa

A finalidade desta pesquisa é analisar os Sistemas de Avaliação em larga escala da Educação Básica empreendidos a partir da década de 1990 no Brasil e na Argentina, bem como as possíveis tensões e os jogos de influência que os contextualizaram [...]. O estudo se perspectivou na triangulação entre as metodologias qualitativa, dialética e comparatista, buscando entendimentos a respeito das aproximações e dos distanciamentos existentes em cada realidade. (Costa, 2020, p. 7).

A segunda tese que refiro foi defendida em 2014 e constitui-se num estudo de programas desenvolvidos no Brasil e na Argentina, cujo autor, Jorge Alberto Lago Fonseca, afirma ao redigir o resumo da tese que seu estudo analisa o Programa Mais Educação (desenvolvido no Brasil), bem como a Jornada Estendida e a Jornada Ampliada (desenvolvidos em Córdoba, na Argentina). O objetivo geral do estudo é

analisar a contribuição do Programa Mais Educação para a qualidade da educação no Rio Grande do Sul, fazendo uma comparação com os Programas Jornada Estendida, que possui a finalidade de ampliar a jornada escolar em média uma hora por dia a fim de

reforçar o ensino de linguagem, matemática e língua inglesa, e Jornada Ampliada, que possui o objetivo de ampliar o tempo escolar, em média três horas diárias, quatro vezes por semana, através de oficinas nas diferentes áreas do conhecimento, desenvolvidos na Província de Córdoba, na Argentina. (Fonseca, 2014, p. 9)

Esta tese foi publicada em forma de livro, no ano de 2015, sob o título "Ampliação do tempo escolar: estudo comparado entre Brasil e Argentina" (Fonseca, 2015).

A terceira tese, intitulada "As humanidades em tempos de neoliberalismo em duas Universidades Latino-Americanas", defendida em 2016, tem como autor João Batista Storck. Trata-se de uma tese cujo espaço empírico são duas universidades latino-americanas, uma situada no Brasil e a outra na Colômbia, qual sejam a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) (São Leopoldo, Brasil) e a Pontifícia Universidade Javeriana (Colômbia), ambas as instituições de Educação Superior privadas, pertencentes à Companhia de Jesus, situadas em contextos político-institucionais e históricos diversos. O estudo utilizou documentos que estruturam administrativamente as universidades, considerando também os valores do humanismo cristão que inspiram a ação da Congregação religiosa que as criou e mantém (Storck, 2016).

A quarta tese foi defendida em 2022, por Daisy Eckhard Bondan, e foi realizada na articulação Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil) e Universidade de Múrcia (Espanha), e intitula-se: "Direito à educação inclusiva: estudo sobre as percepções escolares" / "El derecho a la educación inclusiva: un estudio sobre las percepciones escolares" (Bondan, 2022), a qual é outro exemplo de um estudo que compara uma problemática educacional entre dois países, embora não explicita, ao referir a metodologia, que filia-se à Educação Comparada. Seus diretores de tese foram Jesus Molina Saorín

(docente da Universidade de Múrcia, Espanha) e Flávia O. C. Werle (docente da Unisinos, Brasil), e, uma vez que a formação em doutorado foi realizada em cotutela, a autora obteve dupla titulação. Várias de suas produções já publicadas evidenciam aspectos comparativos (e.g., Bondan, Werle & Molina Saorín, 2022). O resumo da tese afirma que trabalha tanto em perspectiva macro como micro, investigando como os docentes da educação básica percebem as práticas de gestão escolar relacionadas à educação inclusiva:

Este trabajo se inserta en el área de gestión de la educación inclusiva, porque tiene la preocupación de investigar el ejercicio del derecho de acceso a la escuela, de permanecer en ella y también de ofrecer un aprendizaje significativo para los estudiantes en situación de discriminación por causa de su desempeño funcional. En ese escenario, se sitúa la cuestión central de la tesis: cómo ocurre la gestión de la educación inclusiva, teniendo en cuenta las perspectivas macro

(conferencias internacionales, desarrollos y traducciones en políticas nacionales) en el contexto de Brasil y España, y las micro perspectivas (las articulaciones y reconstrucciones diarias en formatos normativos y en la forma de prácticas organizacionales, con especial atención a los procesos de gestión y percepción del cuerpo docente) en Brasil. (Bondan, 2022, p. 13)

As quatro teses acima referidas realizam processos comparativos entre países, considerando temáticas específicas: uma discutindo políticas de ampliação do tempo escolar (RS/BR e Rosário/AR); outra os posicionamentos da CNTE e CETERA (AR e BR) quanto as avaliações em larga escala; outra discutindo em perspectiva marco e micro o tema da educação inclusiva (BR e ES); e outra ainda, analisando a posição de instituições de educação superior mantidas por uma mesma congregação religiosa em dois países da América Latina (BR, CO).

Pesquisas de metodologia comparada: perspectivas intrarregionais

Já na dimensão comparativa intrarregional, entre estados e/ou municípios, e/ou escolas, relembro de estudos realizados em equipe de pesquisa, dissertações e teses que orientei.

No ano de 2009, publicamos um estudo acerca de municípios do estado do Rio Grande do Sul que já haviam criado seus Sistemas Municipais de Ensino. Neste texto, é analisada a legislação educacional de municípios que tinham Sistema Municipal de Ensino e como expressavam em suas políticas o processo nacional de avaliação do rendimento escolar do ensino fundamental (Werle, Thum & Andrade, 2009).

Em certos momentos de meu percurso como pesquisadora, trabalhei com Conselhos Municipais de Educação (Werle, 2013), quando publico um capítulo no livro "Mapa

dos Conselhos Municipais da Educação no Brasil", organizado por, Donald Bello de Souza, publicado pela editora Loyola em 2013. Nesta obra, vários autores e autoras trabalham comparativamente com Conselhos Municipais da Educação (CME) em diferentes estados, como Paraíba e Pernambuco, como Mato Grosso do Sul, Pará e Brasília, como Santa Catarina e Paraná, enquanto outros autores(as) trabalharam com CME de um único estado.

Uma tese que tratou comparativamente municípios do sul do Brasil intitulou-se "Qualidade da educação: relações entre características de contexto e os resultados das avaliações em larga escala nos municípios de pequeno porte da região sul do Brasil", de autoria de Valdecir Soligo, defendida em 2013. O objetivo desta tese foi

analisar a relação entre o IDEB e as características de contexto, mensuradas pelos indicadores Índice de Gini, Incidência de Pobreza, Renda familiar mensal per capita e Taxa de analfabetismo, para população com 15 anos ou mais de idade. A pesquisa foi realizada em bancos de dados do MEC/INEP e IBGE, a partir de levantamento de dados a respeito 327 municípios de pequeno porte da Região Sul do Brasil, que possuem IDEB para os anos de 2005, 2007 e 2009. Como resultado, foi possível perceber a existência de relação entre o valor médio do IDEB e os indicadores sociais. Os valores apontaram para maior consistência das relações entre variáveis por municípios do que por Estado ou Região Sul. A composição da população estatística apontou um problema metodológico da Prova Brasil. Esta não avalia todos os municípios de pequeno porte e, por isso, muitos não possuem IDEB para os ciclos de 2005, 2007 ou 2009, o que influencia a composição do Índice para os Estados e para a Região. Outro fato revelado pelas análises diz respeito à fragilidade das estatísticas generalistas, que desconsideram as diferenças entre os municípios, através de dados por Estados ou grandes regiões, homogeneizando características sociais, por intermédio de indicadores e índices. (Soligo, 2013, p. 6)

Soligo (2015, p. 67) afirma que seu estudo realiza “comparação entre os resultados das avaliações em larga escala” (IDEB) e alguns indicadores sociais com a intenção de “compreender [...] a relação entre o rendimento escolar e os índices e indicadores disponibilizados”. Soligo estudou municípios de pequeno porte de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, analisando que

a diferença entre os estados é [bem menor] [...] do que a média da diferença entre os municípios de pequeno porte da região. Isso significa certo equilíbrio entre as médias dos estados, ainda que eles apresentem diferenças significativas e exista uma grande diferença entre municípios do mesmo estado. (2015, p. 77)

Em 2012, foi defendida, por Almir Paulo dos Santos, a tese intitulada “Gestão democrática nos sistemas municipais de ensino de

Santa Catarina: implicações da avaliação em larga escala”. O estudo envolveu a identificação de como a gestão democrática e o Sistema Nacional de Avaliação se expressam nos textos das leis de Sistema Municipais de Ensino (SME), do Estado de Santa Catarina, bem como descreve práticas de gestão em municípios com diferentes IDEB (considerando o IDEB de 2009). Conclusivamente, o autor (Santos, 2012) identifica que práticas de gestão escolar conectadas ao contexto local evidenciam uma melhor gestão democrática, por outro lado, quando a gestão do Sistema Municipal de Ensino apresenta-se com propostas mais bem organizadas e contínuas, tal continuidade favorece a concretização de ações e políticas educacionais, além de resultar num índice de IDEB mais satisfatório e melhores condições de gestão democrática. Ao contrário, municípios em que a gestão municipal apresenta muitas trocas e descontinuidades observam-se dificuldades para a concretização de suas práticas, em especial relacionadas com as práticas de gestão democrática.

Em 2013, a atualmente doutora Tatiane de Fátima Kovalski Martins defendeu sua dissertação que problematiza a questão da defasagem idade/série. A pesquisadora realizou um mapeamento de políticas municipais de educação referidas ao tema escolhido em municípios do Vale do Rio dos Sinos: Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Lindolfo Collor, Morro Reuther, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, São Leopoldo e Sapi-ranga (Martins, 2013). Neste trabalho, que está publicado sob a forma de capítulo na obra “Avaliação em larga escala: políticas e práticas” (publicada pela editora Oikos em 2015), a autora relaciona as taxas de defasagem idade/série, com a “fragilidade dos sistemas de ensino quanto à permanência e à aprendizagem dos alunos” (Martins, 2015, p. 93).

Em 2021, Martins defende sua tese intitulada “Políticas educacionais e distorção idade/série: contextos e desafios da Região Sul”. Aqui o foco temático é o mesmo, defasagem idade/série, mas a delimitação é estadual (no caso da tese); apresentando análise de políticas que cada estado da região sul elaborou no período de 1996 a 2018, em relação a questões relacionadas com a distorção idade/série. Nas considerações finais, a autora registra que dentre os programas e projetos de correção do fluxo, oferecidos pelas redes estaduais de ensino do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, destaca-se a preferência, nos três estados, pelo “aceleramento” dos educandos, como a forma prevalente de correção do fluxo escolar, através de um currículo enxuto, que deverá possibilitar a superação da defasagem idade/série, num curto espaço de tempo (Martins, 2021). A pesquisa não teve como objetivo identificar o(s) estado(s) com uma política melhor formulada, mas tratar de cada caso, relacionadamente, ao seu contexto.

Juliana de Fátima Serraglio Pasini, em 2016, defendeu a tese de doutorado intitulada “Políticas de avaliação em larga escala e o contexto da prática em municípios de pequeno porte do estado do Paraná (2005/2013)”. Tal como alguns dos estudos anteriormente referidos, este constitui um estudo comparativo que apresenta quadro teórico-metodológico, e que envolve procedimentos de comparação entre diversos municípios de um mesmo estado brasileiro, considerando políticas de avaliação em larga escala. Pasini (2016) examinou o modo como as avaliações em larga escala repercutem no contexto da prática, tomando como espaço empírico cinco municípios de pequeno porte (com até 10 mil habitantes) do estado do Paraná. A autora identifica que ocorrem “resistências de parte dos professores” (Pasini, 2016, p. 6), o que é evidenciado pela grande preocupação com a

aprendizagem dos alunos, pelo desenvolvimento de projetos e “atividades de contraturno”, embora os resultados das avaliações em larga escala não sejam ignorados pelo corpo docente das escolas. Conclui que, em municípios de pequeno porte do estado do Paraná, a performatividade e o gerencialismo permeiam a gestão da educação das redes municipais estudadas considerando o contexto da prática, em especial, observando ações relacionadas ao atendimento das avaliações em larga escala. Esta tese foi publicada em livro com o título “Políticas de avaliação em larga escala: análise do contexto da prática em municípios de pequeno porte” pela editora Appris (Pasini, 2020).

Maria José Santos da Silva, defendeu em 2021 a tese intitulada “Gestão escolar e desigualdade social na escola pública”. O estudo analisa a gestão escolar no contexto educacional de padronização da qualidade da educação em meio ao cenário de desigualdade social presente nas escolas municipais públicas de educação básica de Maceió, estado de Alagoas. Conclusivamente, os resultados da pesquisa indicam a gestão escolar como pilar do desenvolvimento das políticas educacionais, com destaque para a mediação das relações escolares, e ressaltam o enfrentamento da desigualdade social refletido nas práticas direcionadas ao atendimento imediato das necessidades básicas identificadas no ambiente escolar e no encaminhamento de providências a necessidades cujo conteúdo é extensivo a outros órgãos públicos, para além da Secretaria Municipal da Educação (Silva, 2021).

Registro, ainda, um trabalho que desenvolvemos em atividade aberta ao público externo, atividade de extensão realizada por pesquisadores do grupo de pesquisa, articuladamente com o Instituto Humanitas (IHU) da Unisinos. A atividade que agora

nos referimos foi designada de “Oficina de indicadores educacionais, por uma educação de qualidade”. Este foi um trabalho a muitas mãos e bastante interessante, pois foram levantados dados junto à Secretaria Municipal de Educação do município de São Leopoldo, e sobre matrículas por localização das escolas nas diversas zonas da cidade (na ocasião, foi utilizado o mapa de distribuição do Orçamento participativo do município), bem como informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): “A metodologia consistiu na coleta de informações relativas ao zoneamento das escolas do município de São Leopoldo e resultados relativos aos indicadores de qualidade da educação obtidos através das avaliações em larga escala relativas a educação básica” (Andrade & Rocha, 2012, p. 1).

Quanto às séries iniciais do Ensino Fundamental, de 30 escolas que participaram em São Leopoldo da Prova Brasil nos anos de 2005, 2007, 2009 e 2011, constatou-se uma melhoria do desempenho dos alunos de 13,96%, apenas considerando o rendimento em português e em matemática, resultado este que fica invisibilizado se olharmos apenas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que resulta de duas taxas: uma relativa ao desempenho dos alunos na Prova Brasil – em português e matemática; e, outra relativa ao fluxo dos estudantes na escolarização. Este estudo demonstra a relevância de se perceber os avanços que cada região obteve, de forma a se relacionar às particularidades de cada região em que as escolas se situam, bem como ao projeto pedagógico de cada estabelecimento de ensino envolvido no estudo (Andrade & Rocha, 2012).

Os módulos da oficina “Indicadores educacionais” decorreram em junho de 2012, com a participação de estudantes da pós-graduação⁶. Na edição IHU online 395, de 04 de junho 2012⁷, encontram-se registros com parte da produção científica do grupo de pesquisa que realizava atividades de estudo, pesquisa e de formação, envolvendo a discussão de políticas educacionais, processos de gestão e qualidade da educação básica, vinculadas ao projeto indicadores de qualidade e gestão democrática (PIQGD), apoiado pelo Observatório de Educação/CAPES, atividades como o “Fórum de Educação”, para além de Oficinas.

Todos os estudos citados anteriormente, de alguma forma são estudos comparativos que tomam temas educacionais e comparam como tais temas são tratados entre sistemas de ensino estaduais, ou entre redes municipais ou entre escolas, incluindo outros tantos dimensionamentos geográficos que possam interessar. É como refere Sofia Lerche Vieira, em seu artigo “Poder local e educação no Brasil: dimensões e tensões”:

O debate sobre o poder local adquire contornos próprios numa sociedade onde se aprofunda a lógica do pensar globalmente e agir localmente. O Brasil se insere neste movimento incorporando elementos da agenda educacional global e manifestando traços que lhe são peculiares. (Vieira, 2011, p. 123)

Segundo a autora, “A expressão poder *local* remete a outras esferas de poder [...] por oposição à noção de poder *central*” (Vieira, 2011, p. 126). Continua Vieira (2011) problematizando as relações entre o local e o global e, em diálogo com outros autores, reafirma que o global subordina o local até

⁶ Na época, o módulo I contou com a participação das doutorandas Cleonice Silveira Rocha e Alenis Cleusa de Andrade (<https://www.ihu.unisinos.br/observatorios/eventos/eventos-antigos/oficina-indicadores-educacionais-modulo-1>).

O módulo II com os mestrandos Ricardo Ferreira Vitelli e Tatiane de Fátima Kovalski Martins e o doutorando Jesus Rosemar Borges (<https://www.ihu.unisinos.br/observatorios/eventos/eventos-antigos/oficina-indicadores-educacionais-modulo-2>).

⁷ Disponível em <https://www.ihuonline.unisinos.br/educacao/395>.

pelo papel prevalente de organizações internacionais, considerando, ademais, que entre o local e o global múltiplas dimensões de tempo e espaço se interpenetram. Identifica ainda que,

No caso [do Brasil] de dimensões continentais, é imperioso indagar em que medida soluções globais oferecem alternativas aos problemas locais [...] [e][...], há, com efeito, peculiaridades próprias a observar, considerando diferentes populações a serem beneficiadas pela educação escolar, regiões geográficas, cenários urbanos e rurais. (Vieira 2011, p. 129)

A discussão apresentada por Sofia Lerche Vieira reforça o argumento central referido neste texto, que identifica como necessária uma grande divulgação de trabalhos acadêmicos que comparem elementos regionais,

estaduais, municipais de educação e, inclusive, instituições educativas, e que estes estudos sejam considerados estudos de educação comparada. Argumentamos que os estudos dedicados a parcelas dos sistemas nacionais de educação sejam considerados no mundo acadêmico como pertencentes ao campo da Educação Comparada, de forma que possamos avançar no entendimento de que pesquisas em Educação Comparada dedicam-se não apenas ao estudo dos sistemas educativos nacionais, mas também ao estudo entre instituições educativas, de sistemas estaduais e redes municipais, dando a ver as diferenças sociais, regionais, geográficas/espaciais, em educação.

Elementos conclusivos

Considerando que a Educação Comparada tem um sentido interdisciplinar, que a comparação com o outro oferece uma leitura mais interessante do que a realizada em um só contexto, e que, ademais, os dados fornecidos pela Educação Comparada são, muitas vezes, utilizados para ações de políticas educacionais, bem como, não desconhecendo a importância de estudos comparados entre sistemas de ensino de diferentes países e a contribuição de “guias metodológicos” de grande valor, como a coletânea organizada por Bray, Adamson e Mason (2015) e o livro de Bereday (1972), argumentamos a respeito da necessidade de destacar “processos comparados aplicados a temas tratados em diferentes níveis espaciais” (p. 32) e que abranjam o nível macro ou/e o nível micro educacional. Ou seja, consideramos a importância de discutirmos em profundidade a comparação de instituições educativas em regiões, em bairros de uma cidade, ou municípios ou estados, dependendo da

composição administrativo-institucional dos países, bem como a importância de que tais discussões sejam consideradas como formas de realizar educação comparada. Para a formação de comparatistas, muito possivelmente a ampliação do foco de visão da Educação Comparada seria benéfica, pois mais aproximada da realidade escolar conhecida pelos candidatos a pós-graduandos.

Por um lado, a argumentação apresentada por Castro (2013) de que, no Brasil, a falta de domínio de línguas estrangeiras e de recursos financeiros para a pesquisa e para a formação de pesquisadores em outros países impedem que interessados em estudar no estrangeiro possam usufruir de um processo de imersão em outras culturas, o que traz repercussões importantes para a disseminação da Educação Comparada em perspectiva macro, bem como para o comparativismo em outros campos do conhecimento. Ademais é também relevante para a consolidação do campo da

Educação Comparada, a criação e desenvolvimento de linhas de pesquisa e programas dedicados ao tema da educação comparada.

Por outro lado, a argumentação de Vieira (2011) questionando a prevalência do poder central nacional, a qual acrescentamos a visão construída pelos organismos internacionais, precisa ser problematizada. Falamos de questionamento, em especial no atual momento histórico, no qual, em termos de políticas educacionais, presenciamos uma guinada para a prática. Conforme Lessard e Carpentier (2016, p. 9-10), embora possa parecer que a política educacional se desenvolva de forma linear, “esse processo mostra-se muito mais complexo na prática, assemelhando-se mais a um emaranhado de lógicas e agentes que constroem juntos uma política”. Para esses autores, há, nos dias de hoje, de fato, uma “guinada da aplicação na prática”, a qual desfaz as ideias que possamos ter relativas à abordagem linear das políticas

educacionais. A guinada da aplicação na prática sinaliza que o poder público não age sozinho, há um grande número de atores em diversos níveis, institucionais (legisladores, chefes de departamentos e de secretarias de educação – municipais, estaduais, federais, escolas, universidades, etc), encarregados, ora de regulamentar as políticas, ora de organizar o seu financiamento, ou detalhar programas, bem como disseminar informações, chegando até às escolas, comunidades, gestores e professores, o que, de alguma forma, articula uma multiplicidade de entendimentos e motivos, o que nos permite afirmar que os contextos das políticas educacionais são muito complexos e plurais.

Recebido em 02 de dezembro de 2023

Aprovado em 10 de janeiro de 2024.

Referências

- Andrade, A. C., & Rocha, C. S. (2012). *Perspectivas de análise dos indicadores de qualidade da educação na rede municipal de São Leopoldo*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mimeografia.
- Ascolani, A. (2008). Estrategias del Banco Mundial para el financiamiento de la educación en los países latinoamericanos. *Educação*, 31(2), 139–156. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2765>
- Barroso, J. (2003). Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada. In J. Barroso, *A escola pública: regulação, desregulação privatização* (pp. 19–48). Editora ASA.
- Berchenko, P. (2002). A política da União Europeia e da Espanha no domínio da educação e cultura na América Latina. In H. Trindade, & J.-M. Blanquer, *Os desafios da educação na América Latina* (pp. 306–325). Editora Vozes.
- Bereday, G. Z. F. (1972). *Método comparado em educação*. Editora Nacional / Editora da USP.
- Bondan, D. E. (2022). *O direito à educação inclusiva: um estudo sobre as percepções escolares / El derecho a la educación inclusiva: un estudio sobre las percepciones escolares* [Tesis Doctorales, Universidade de Múrcia]. Digitum: Repositorio Institucional de la Universidad de Murcia. <http://hdl.handle.net/10201/127745>

- Bondan, D. E., Werle, F. O. C., & Molina Saorín, J. (2022). Educação Inclusiva no Brasil e Espanha: discussão conceitual. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 30(115), 438–457. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003550>
- Bray, M., Adamson, B., & Mason, M. (Orgs.) (2015). *Pesquisa em educação comparada: abordagens e métodos* (M. C. Nicholl, Trad.). Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade – Universidade Católica de Brasília; Liber Livro. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245741>
- Carvalho, L. M. (2001). A construção do conhecimento pedagógico e os seus especialistas: linhas de trabalho para uma investigação histórica e comparada sobre revistas de ensino. *Revista História Da Educação*, 5(10), 141–153. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30527>
- Carvalho, L. M. (2011). Multirregulação, comparações internacionais e conhecimento pericial: interpelando o PISA como provedor de conhecimentos e políticas. In A. Duarte, D. A. Oliveira (Orgs.), *Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento* (pp. 183–206). Fino Traço.
- Castro, M. L. S. (2008a). Editorial. *Educação*, 31(2). Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2771>
- Castro, M. L. S. (2008). A educação na América Latina: Antigos dilemas em novo contexto. *Educação*, 31(2), 182–188. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2769>
- Castro, M. L. S. (2013). Educação Comparada no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica. *Educação UNISINOS*, 17(03), 223–231. <https://doi.org/10.4013/edu.2013.173.3923>
- Costa, D. M. (2010). *Tensões e influências no contexto das políticas de avaliação em larga escala: uma análise da participação das confederações de trabalhadores em educação do Brasil e da Argentina* [Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. RDBU – Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3813>
- Costa, D. M. (2020). *Organização docente: contribuições da CNTE e da CTERA à escola pública democrática*. Appris.
- Dussel, E. (1993). *1942: o encobrimento do outro*. Editora Vozes.
- Ferreira, A. G. (2008). O sentido da Educação Comparada: Uma compreensão sobre a construção de uma identidade. *Educação*, 31(2), 124–138. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2764>
- Fonseca, J. A. L. (2014). *Ampliação do tempo escolar: estudo comparado entre Brasil e Argentina* [Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. RDBU – Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4167>
- Fonseca, J. A. L. (2015). *Ampliação do tempo escolar: estudo comparado entre Brasil e Argentina*. Casa Leiria.
- Ghiso, A. (1994). De la negociación a la construcción de identidades. *Revista Contexto & Educação*, 9(33), xx–xx.
- Gomes, C. A. (2014). Educação comparada no Brasil. In 6º Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada [Processos de privatização de educação], 17-20 de setembro de 2014, Bento Gonçalves/RS. Recuperado de <https://www.sbec.fe.unicamp.br/pf-sbec/eventos/eventos-realizados/6o-encontro->

- Gomes, C. A. (2015a). Apresentação. In M. Bray, B. Adamson, & M. Mason (Orgs.), *Pesquisa em educação comparada: abordagens e métodos* (pp. 19–20). Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade – Universidade Católica de Brasília; Liber Livro.
- Gomes, C. A. (2015b). Educação comparada no Brasil: esboço de agenda. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 96(243), 243–258.
<https://doi.org/10.1590/S2176-6681/359313453>
- Gomes, C. A. , & Cunha, C. (2018). Eu e os outros, nós e os outros: perspectivas da educação comparada. *Revista Lusófona de Educação*, 41, 101–105.
<http://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle41.06>
- Hippeau, C. (1871). *A instrução pública nos Estados Unidos: escolas públicas, collegios, universidades, escolas especiaes*. Typographia Nacional.
- Hippeau, C. (1874). *A instrução pública na Inglaterra*. Tipographia Nacional.
- Hippeau, E. (1869). *Cours d'economie domestique: leçons faites aux cours établis par l'Association pour l'enseignement secondaire des jeunes filles (rive droite) dans les mairies des 1er, 11e, 15e et 17e arrondissements en 1867, 1868 et 1869*. Hetzel.
- Knight, J. (2020). *Internacionalização da Educação Superior: conceitos, tendências e desafios*. Oikos.
- Lessard, C., & Carpentier, A. (2016). *Políticas educativas: a aplicação na prática*. Editora Vozes.
- Linhares, C. F. S. (1994). A comparabilidade dos sistemas educativos: extravios e promessas para o novo século. *Revista Contexto & Educação*, 9(33), 7–25.
- Madeira, A. I. C. (2008). Estudos Comparados e História da Educação Colonial: Reflexões teóricas e metodológicas sobre a comparação no espaço da língua portuguesa. *Educação*, 31(2), 103–123. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2763>
- Madureira, M. L. A., Brandão, C. F., & Laham, S. (2001). Panorama histórico da educação comparada: as contribuições de George Bereday. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 25(esp. 4) 1881–1898. <http://doi.org/10.22633/rpge.v25iesp.4.15930>
- Mandelert, D., & Mello, J. C. R. da S. (2010). A defasagem escolar em camadas altas no PISA 2006: Brasil, Colômbia, México e Argentina. In 33ª Reunião Anual da ANPEd [Educação no Brasil: o balanço de uma década], 17-20 de outubro de 2010, Caxambu/MG. Recuperado de <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT14-6659--Int.pdf>
- Manzon, M. (2015). Comparações entre lugares. In M. Bray, B. Adamson, & M. Mason (Orgs.), *Pesquisa em educação comparada: abordagens e métodos* (pp. 127–167). Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade – Universidade Católica de Brasília; Liber Livro.
- Martins, T. de F. K. (2013). *Defasagem idade/série na região do Vale do Rio dos Sinos: uma análise de políticas municipais de educação* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. RDBU – Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos.
<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3773>

- Martins, T. de F. K. (2015). Políticas municipais de educação e defasagem idade /série: uma análise regional. In B. Corsetti, F. O. C. Werle, & R. Fritsch (Orgs.), *Avaliação em larga escala: políticas e práticas* (pp. 93–99). Oikos.
- Martins, T. de F. K. (2021). *Políticas educacionais e distorção idade/série: contextos e desafios da Região Sul* [Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. RDBU – Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9767>
- Ó, J. R., & Carvalho, L. M. (2009). *Emergência e circulação do conhecimento psicopedagógico moderno: 1880-1960: Estudos comparados Portugal-Brasil*. Educa & Ui&dCE. <http://hdl.handle.net/10451/6295>
- Pasini, J. de F. S. (2016). *Políticas de avaliação em larga escala e o contexto da prática em municípios de pequeno porte do estado do Paraná (2005/2013)* [Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. RDBU – Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6222>
- Pasini, J. de F. S. (2020). *Políticas de avaliação em larga escala: análise do contexto da prática em municípios de pequeno porte*. Appris.
- Sander, B. (2008). Educação na América Latina: Identidade e globalização. *Educação*, 31(2), 157–165. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2766>
- Santos, A. P. dos. (2012). *Gestão democrática nos sistemas municipais de ensino de Santa Catarina: implicações da avaliação em larga escala*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. RDBU – Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4046>
- Saviani, D. (2012). História comparada da educação: algumas aproximações. *Revista História da Educação*, 5(10), 5–16. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30500>
- Schriewer, J. (2018). *Pesquisa em educação comparada sob condições de interconectividade global*. (G. Korndöfer & L. M. Sander, Trans.). Oikos.
- Silva, M. J. S. (2021). *Gestão escolar e desigualdade social na escola pública* [Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. RDBU – Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9822>
- Silveira, E. C. da (1994). A comparação como indagação historicizada da realidade: ideias para repensar o emprego da comparação na educação. *Revista Contexto & Educação*, 9(33), 26–40.
- Soligo, V. (2015). IDEB e indicadores sociais na região sul: relações entre condições sociais e qualidade da educação. In B. Corsetti, F. O. C. Werle, & R. Fritsch (Orgs.), *Avaliação em larga escala: políticas e práticas* (pp. 67–79). Oikos.
- Soligo, V. (2013). *Qualidade da educação: relações entre características de contexto e os resultados das avaliações em larga escala nos municípios de pequeno porte da região sul do Brasil* [Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. RDBU – Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4438>
- Storck, J.B.. (2016). *As humanidades em tempos de neoliberalismo em duas universidades latino-americanas* [Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. RDBU – Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5825>

- Streck, D. R., Abba, M. J., & Souza, C. S. S. (2019). Tendências e desafios da pesquisa em educação comparada: entrevista com Jürgen Schriewer. *EccoS – Revista Científica*, (50), e14551. <https://doi.org/10.5585/eccos.n50.14551>.
- Varela, J.. (1995). Categoria espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In M. V. Costa (Org), *Escola Básica na virada do século: cultura, Política, currículo* (pp. 37-56). FACED/UFRGS.
- Verhine, R. E. (2008). Pós-Graduação no Brasil e nos Estados Unidos: Uma análise comparativa. *Educação*, 31(2), 166–172. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2767>
- Vieira, S. L. (2011). Poder local e educação no Brasil: dimensões e tensões. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 27(1), 123–133. <https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19972>
- Werle, F. O. C. (2008). Políticas de instrução pública no século XIX como eco de experiências internacionais. *Educação*, 31(2), 173–181. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2768>
- Werle, F. O. C. (2013). CMEs no Estado do Rio Grande do Sul: gênese e institucionalização. In D. B. de Souza (Org.), *Mapa dos Conselhos Municipais da Educação no Brasil* (pp. 209–228). Loyola.
- Werle, F. O. C., Thum, A. B., & Andrade, A. C. de (2009). Processo nacional de avaliação do rendimento escolar: tema esquecido entre os Sistemas Municipais de Ensino. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 17(64), 397–419. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362009000300002>